

# ■ NACIONAL

## AGENDA DO CRESCIMENTO

*Economia - Brasil*

# Governo traça o rumo a longo prazo

Setor público tem que reduzir gastos correntes e abrir espaço para fazer novos investimentos

Luciana Otoni  
de Brasília

Inflação sob controle, superávit primário de R\$ 71,5 bilhões e taxas de juros reais em declínio são necessários, mas não suficientes para pavimentar o caminho do desenvolvimento sustentado da economia brasileira. Um novo ciclo duradouro de expansão do Produto Interno Bruto (PIB) depende, também, do rearranjo das atividades produtivas e do corte dos gastos correntes da administração federal como forma de se ampliar a poupança pública.

É neste contexto que surge como complemento às agendas da estabilidade macroeconômica e da microeconômica, um terceiro marco, ainda pouco delineado: a agenda do setor público. O indicativo dessa iniciativa foi dado pelo secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Bernard Appy. "Essa é uma agenda estrutural, de longo prazo, que visa a criar condições para reduzirmos os gastos correntes em proporção aos gastos totais da receita pública e, portanto, abrir espaço para o investimento do setor público, que hoje está muito baixo. É também uma agenda que, eventualmente, permitirá a diminuição da carga tributária ao longo próximos anos", disse Appy.

A decisão do governo em enfrentar a magnitude das despesas cor-

rentes esbarra, inevitavelmente, no caráter impopular das medidas. Neste ano, a receita orçamentária total, estimada em R\$ 406 bilhões, será em sua maior parte empregada para cobrir as despesas correntes, no montante de R\$ 302 bilhões. Dentro da rubrica despesas correntes concentram-se os maiores gastos da administração federal: o pagamento de pessoal, encargos e as despesas trabalhistas, que somam R\$ 205 bilhões, os gastos com custeio e investimento, que representam R\$ 62 bilhões, e as despesas obrigatórias, no total de R\$ 32 bilhões.

"A agenda da redução dos gastos correntes não foi adotada nem pelo governo de Fernando Henrique Cardoso nem por este governo. Essa é uma agenda desgastante, que significa contrariar interesses, mas que terá que ser enfrentada mais cedo ou mais tarde", disse o consultor econômico Raul Velloso, especializado em contas públicas.

Sob a perspectiva do empresário, o peso dos tributos pagos pela sociedade, estimado em 37% do PIB, é um entrave ao investimento no setor produtivo. Mas diante do indicativo dado por Ap-

py, será somente a partir do corte dos gastos correntes que o governo abrirá uma janela de oportunidade para diminuir a carga tributária.

Também para Velloso, a necessidade de se enfrentar a expansão dos gastos públicos e o déficit da previdência não deixam escolha. "A redução da carga tributária só poderá vir por meio da redução da despesa corrente", disse. Por outro lado, disse, a manifestação de representantes do governo configura apenas o primeiro sinal de uma iniciativa que ainda carece de definição de métodos e medidas.

### Principais pontos

#### ➤ SETOR IMOBILIÁRIO

- Proteção contra a quebra de construtoras e incorporadoras
- Regime especial de tributação
- Securitização de créditos imobiliários

#### ➤ SETOR FINANCEIRO

- Empréstimo em consignação em folha
- Conta investimento
- Cédula de Crédito Bancário
- Alienação fiduciária
- Lei de Falências
- Cadastro positivo e central de risco do BC

#### ➤ AMBIENTE DE NEGÓCIOS

- Incentivo ao empreendedorismo
- Desoneração da folha salarial
- Desburocratizar abertura e fechamento de empresas
- Reorganização do sistema de defesa da concorrência
- Política Industrial e projeto de lei da inovação tecnológica

#### ➤ MARCO REGULATÓRIO

- Projeto de lei das agências reguladoras
- Novo modelo setor elétrico
- Parcerias Público Privadas

Fonte: Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda